

A debandada dos mestres no estado

Com a falta de aulas, estudantes cada vez têm menos esperanças de passar no vestibular

Gustavo Stephan

Maria Elisa Alves

Nem os professores acreditam mais nas escolas da rede estadual de ensino: em menos de um ano, 2.621 mestres abandonaram as salas de aula. Entre pedidos de exoneração e aposentadoria, 11 profissionais saíram do magistério a cada dia útil entre abril de 1995 e fevereiro deste ano para escapar das más condições de trabalho e, principalmente, dos baixos salários. Apesar da debandada, o descrédito na educação não é exclusividade dos responsáveis pela formação das crianças. Escaldados pela falta de professores e pelos boletins repletos de conceitos B em disciplinas que nunca cursaram, muitos alunos duvidam que as aulas possam ajudá-los a passar no vestibular.

O Governo também não escapa das contradições que contagiaram a educação no Rio: apesar de reconhecer que os professores ganham muito mal, Marcello Alencar diz que não pode lhes dar aumentos a curto prazo e gasta quase a mesma coisa para pagar aos 120 mil funcionários da rede — entre professores e pessoal de apoio — e os menos de 14 mil da Justiça.

Em dezembro do ano passado, o estado gastou R\$ 44 milhões em salários do setor de educação. No mesmo período, desembolsou R\$ 42 milhões para pagar aos funcionários da Justiça. A discrepância pode ser explicada com o salário dos mestres: o piso de um professor iniciante é de apenas R\$ 100. Com o abono concedido em junho do ano passado e que, em tese, pode ser retirado a qualquer momento, cada profissional acaba ganhando também escassos R\$ 225,92. Bem menos do que os R\$ 424 pagos, pelo Município de Angra dos Reis, aos professores da classe de alfabetização à 4ª série. A coordenadora do Sindicato Estadual dos Profissionais do Ensino (Sepe), Daisy Calazans, atribui aos baixos salários e à conseqüente evasão de professores a falta de mestres em frente ao quadro-negro:

— Quando iniciei a carreira, ganhava 15 salários-mínimos. Agora, o professor ganha um. Quem vai querer ser professor com esse salário? — indaga.

Coordenador da Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), José Márcio Lima confirma que muito pouca gente se dispõe a estudar quatro anos para dar aula a partir da 5ª série: de cada dez alunos que ingressam nos cursos de física e química da UFF, apenas um ou dois fazem licenciatura, que capacita a dar aulas. Mesmo sem saber destes dados, os alunos da rede estadual não duvidam da carência de profissionais. No Liceu Nilo Peçanha, em Niterói, 57 estudantes da turma 1.205, da 2ª série, têm esperado um professor de química que nunca aparece. A estudante Luciana Maciel Poiás tem sorte de ter aulas da disciplina na 3ª série. Mas também dificuldades para acompanhar as lições: ela só teve, quando estudava na 1ª série da Escola Padre Manoel da Nóbrega, em São Gonçalo, aulas de química nos dois primeiros meses e viu sua nota, um B, ser repetida nos outros bimestres. Com as contradições típicas de um adolescen-

te, ela tem opinião dividida sobre sua aprovação automática:

— Acho errado passar de ano com nota B sem ter tido aulas, mas também acho injusto ter que perder um ano da minha vida porque não tinha professor. A culpa não é minha — avalia.

Colega de Luciana no pré-vestibular, Ronner Rezende Machado desconfia que vai ter que adiar o sonho de passar no vestibular para informática (não há escola pública entre as 20 que mais aprovam no vestibular da UFRJ) porque não teve ainda aulas de geografia, história, inglês e química. Em compensação, tem um “professor-rodopio” de física: para dar conta das turmas, o mestre do Liceu junta 65 alunos numa sala, passa exercícios e vai dar aula para outro grupo. Depois, inverte o improviso. Tanto jogo de cintura é inimaginável para Luciana de Andrade e Letícia da Silva, alunas da 2ª série do curso de formação de professores do Instituto Estadual Sara Kubitschek, em Campo Grande. Elas não tiveram aula de didática no ano passado e perigam não ter novamente este ano.

Obras se arrastam há 4 anos e alunos ainda não começaram ano letivo

Mais dramática do que a formação deficiente das futuras professoras é a situação dos 1.450 alunos do Colégio Central do Brasil, no Méier. Desde que o ano letivo começou, eles estão sem aulas porque o casarão que abrigava quatro salas desabou. As salas que estavam utilizando também foram interditadas pela Defesa Civil. As obras de um novo prédio para a escola se arrastam há quatro anos e a inauguração, prevista para meados de abril, foi mais uma vez adiada.

— Minha filha estuda em um favelão — reclama Ivone Figueiredo.

O baixo salário e a saída de professores, no entanto, explica apenas uma ponta da crise que deixa crianças e adolescentes jogadas nos pátios das escolas por falta de aula. Numa equação que nem a matemática ensinada aos trancos e barrancos nas escolas estaduais, nem a matemática quase sempre exemplar das escolas particulares consegue explicar, faltam e sobram professores ao mesmo tempo. Segundo a secretária estadual de Educação, Mariléa da Cruz, há um professor para cada 13 alunos da rede estadual, média confortável, maior do que o padrão mundial de um professor para cada 35 alunos. O problema é que, por uma série de distorções, os professores nem sempre exercem as suas funções. Num levantamento feito este ano, Mariléa descobriu que há 6.500 professores administrativos, que não podem ser obrigados a ensinar.

A diretora de uma escola estadual adoraria descobrir onde se escondem tantos professores. No ano passado, ela reclamou da falta e, como não foi atendida, desafiou a lei, se arriscou a ser exonerada, mas garantiu as aulas dos seus alunos: pegou o dinheiro arrecadado pela cantina de sua escola e contratou 18 recém-formados para dar aulas para o Segundo Grau, assinando o nome de professores regulares:

— Passei noites em claro imaginando como pagar se houvesse uma greve. ■



COLÉGIO CENTRAL do Brasil, no Méier: desde que o ano letivo começou, os alunos estão sem aulas porque a escola está em ruínas